



REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO POR UM PCP MAIS FORTE

Resolução Política

**VII Assembleia da Organização do
Sector de Empresas de Cascais do PCP**

1 de Dezembro de 2019 – CT Alcabideche

Índice

1. Breve contexto político em que se realiza a	
VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais	
1.1. Internacional	3
1.2. Nacional	3
1.3. Local	4
2. Balanço do trabalho desenvolvido	
2.1. Organização	5
2.2. Direcção	6
2.3. Recrutamento, integração, militância e formação ideológica.....	6
2.4. Informação e propaganda	6
2.5. Ligação aos trabalhadores	6
2.6. Imprensa do Partido	7
2.7. Independência financeira	7
2.8. Festa do Avante!	7
3. Plano de Acção	
3.1. Organização.....	7
3.2. Direcção.....	8
3.3. Recrutamento, integração dos militantes, a militância e a formação ideológica	8
3.4. Informação e propaganda	8
3.5. Ligação aos trabalhadores	9
3.6. Imprensa do Partido	9
3.7. Independência financeira	9
3.8. Festa do Avante!	9

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

1. Breve contexto político em que se realiza a VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais

1.1. Internacional

- 1.1.1. A situação internacional continua marcada por uma grande instabilidade e incerteza, com o avolumar de sinais de deterioração da situação económica e financeira.
- 1.1.2. O capitalismo, em profunda crise estrutural, confirma a sua natureza, intensificando a exploração, acentuando as desigualdades e as injustiças sociais e continuando o saque aos recursos de outros países através da sua tríade imperialista – EUA, União Europeia, Japão.
- 1.1.3. A União Europeia prossegue a promoção de valores reaccionários e anti-democráticos, de que é exemplo a infame resolução anti-comunista e falsificadora da História recentemente aprovada pela maioria do Parlamento Europeu, e assiste ao crescimento de forças de extrema-direita e o seu acesso ao governo em vários países, confirmando a natureza e a tendência de evolução deste processo de integração capitalista europeu.
- 1.1.4. O aprofundamento do processo de integração capitalista europeu, mexe perigosamente em aspectos fundamentais da essência de cada Estado e ignora que as suas relações devem ser de cooperação, de amizade, em que cada um exerça a sua soberania.
- 1.1.5. Estes desenvolvimentos colocam, ainda com maior premência, a necessidade de uma alternativa para Portugal, que liberte o país da submissão ao euro e das imposições da UE e assegure a soberania nacional.

1.2. Nacional

- 1.2.1. A situação política nacional continua marcada pelos últimos quatro anos de governo PS que, graças ao papel determinante do PCP e da luta dos trabalhadores, afastou o governo PSD/CDS e permitiu recuperar direitos e rendimentos roubados pelo anterior governo e alcançar outros, ainda que muito aquém do necessário.
- 1.2.2. Conquistas onde se destacam: a reposição de salários e feriados; o aumento do Salário Mínimo Nacional; a reposição dos instrumentos de contratação colectiva no Sector Público Empresarial e a eliminação das restrições à contratação de trabalhadores na Administração Local; a reversão das privatizações da Carris, do Metropolitano de Lisboa e dos STCP e, ainda que parcialmente, da TAP; o fim dos cortes nas pensões e o seu aumento extraordinário, em três anos consecutivos; a ampliação da protecção aos desempregados e a eliminação do corte no subsídio de desemprego; a reposição do direito ao pagamento por inteiro do subsídio de Natal; na Administração Pública, a reposição das 35 horas; a tomada de medidas de combate à precariedade; a gratuitidade do acesso aos museus aos domingos e feriados; a redução do IVA dos espectáculos e dos instrumentos musicais; a criação, na Fortaleza de Peniche, do Museu Nacional da Resistência e Liberdade; o alívio no IRS sobre os rendimentos do trabalho; a redução do preço da energia; a redução do IVA na restauração e a eliminação do Pagamento Especial por Conta; a tributação do património imobiliário mais elevado. Conquistas cuja importância e impacto na vida imediata dos portugueses é exposta com particular nitidez na gratuitidade dos manuais escolares nos 12 anos de escolaridade obrigatória e no alargamento do Passe Social Intermodal, com a redução do seu preço.
- 1.2.3. Mas, também, foram quatro anos em que o PS, por sua opção, insistiu em ficar amarrado aos interesses de classe do grande capital, em submissão ao euro e às imposições da União Europeia, não rompendo com a política de direita, sempre que estiveram em discussão questões estruturantes.
- 1.2.4. Ficou patente o profundo conteúdo de classe nas alterações ao Código do Trabalho, uma Lei do Governo que intensifica a precariedade e agrava a exploração e não revoga as normas gravosas, designadamente a caducidade da Contratação Colectiva, nem repõe o princípio do tratamento mais favorável, apenas revela a posição convergente de PS, PSD e CDS, que sempre sobressai quando estão em causa interesses de classe do grande capital contra os trabalhadores.
- 1.2.5. Os resultados das eleições legislativas do passado dia 6 de Outubro traduzem um quadro de relações de força semelhante ao de 2015, ainda que numa conjuntura política distinta.

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

- 1.2.6. A não obtenção pelo PS da maioria absoluta, num quadro em que PSD e CDS veem confirmada a sua condenação, não é por si só condição suficiente para garantir um percurso de novos e mais decisivos avanços, nem para prevenir o perigo de andar para trás no que se alcançou.
- 1.2.7. O resultado obtido pela CDU (332.473 votos e 12 deputados), traduzido numa redução da sua expressão eleitoral e do número de deputados eleitos, constitui um factor negativo para o futuro próximo da vida do País.
- 1.2.8. O PCP não é agora, como não foi na legislatura que findou, “governo” ou parte de alegada “maioria”, mas sim força de oposição a tudo o que contrarie ou faça retroceder os direitos dos trabalhadores e do povo.
- 1.2.9. O programa do governo PS confirma que o PS mantém as mesmas opções estruturais de compromisso com o grande capital e de submissão à União Europeia e ao Euro. Um programa que no essencial não só não abre perspectivas de avanços como indicia caminhos de sentido negativo ou até de retrocessos.
- 1.2.10. Portugal precisa de uma política patriótica e de esquerda que liberte o País da submissão ao Euro e às imposições da União Europeia e renegoceie a dívida pública, assegure a valorização do trabalho e dos trabalhadores, defenda e promova a produção nacional e os sectores produtivos, garanta o controlo público da banca e do conjunto dos sectores básicos e estratégicos da economia e o apoio às micro, pequenas e médias empresas e ao sector cooperativo, garanta uma Administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País, concretize uma política de justiça fiscal, defenda o regime democrático e o cumprimento da Constituição da República Portuguesa, com uma justiça acessível a todos e o combate à corrupção.
- 1.2.11. O PCP dando cumprimento às propostas apresentadas em campanha eleitoral apresentou na Assembleia da República, através do seu grupo Parlamentar, um conjunto de iniciativas no plano do aumento geral dos salários para todos os trabalhadores e do salário mínimo nacional para 850€, do combate à precariedade e à desregulação de horários, da exigência das 35 horas para todos os trabalhadores do sector público e privado, da revogação das normas gravosas da legislação laboral, da dignificação dos profissionais das forças e serviços de segurança, da valorização dos direitos e pensões de reforma, da criação de creches gratuitas para todas as crianças até aos 3 anos, do alargamento dos apoios sociais, da melhoria do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, dos transportes públicos e da Segurança Social, do direito à habitação, de 1% do Orçamento de Estado para a cultura, de uma administração pública dignificada, de uma justa política fiscal, da garantia da protecção da natureza, do meio ambiente e do equilíbrio ecológico.

1.3. Local

- 1.3.1. Em Cascais, os efeitos de décadas de políticas de direita dos sucessivos governos, somados às políticas da direita PSD/CDS que tem governado a Câmara de Cascais, têm especial visibilidade no alargamento acentuado do fosso entre os mais ricos e os mais desfavorecidos.
- 1.3.2. Ao longo dos anos, o tecido industrial do concelho tem sofrido uma forte contracção, ao passo que os serviços e, em particular, os serviços de hotelaria e restauração, têm crescido exponencialmente. Uma área dominada pela precariedade e pelos baixos salários, onde a exploração impera.
- 1.3.3. Na Câmara de Cascais a proliferação de empresas municipais, além de garantirem um manancial de opacidade em tudo o que são contratações e nomeações, são um instrumento fulcral na retirada de direitos dos trabalhadores e no fomentar da divisão entre os membros desta classe.
- 1.3.4. Nos últimos anos, os serviços públicos têm sofrido um forte ataque com o encerramento de balcões dos CTT, da CGD e da Segurança Social e com uma clara degradação do conjunto dos serviços que foram entregues a privados, entre eles, a Água, o Transporte Rodoviário, o Hospital de Cascais e os Correios, prejudicando populações e trabalhadores.
- 1.3.5. A deficiente oferta de habitação, resultado de uma política que privilegia a especulação imobiliária, impossibilita muitos trabalhadores de viverem no Concelho. Ao mesmo tempo, deteriora a qualidade de vida com o vertiginoso aumento da betonização e do tráfego rodoviário que congestionam o trânsito e aumentam os níveis de poluição.
- 1.3.6. Nestes últimos anos, os trabalhadores do Concelho estiveram envolvidos em diversas iniciativas de luta reivindicativa, como na Scotturb, que estiveram em greve pelo cumprimento do Acordo de Empresa, no CMRA, pelo aumento dos salários e reconhecimento da carreira dos TDT, na TratoLixo, que tem greve agendada para o próximo dia 12, em luta pela negociação do Acordo de Empresa, os Professores, que

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

encerraram muitas escolas no Concelho, em luta pelo justo reconhecimento da totalidade dos anos de serviço, na Câmara de Cascais pela assinatura do novo ACEP que contemplasse, entre outras coisas, as 35h horas e os 25 dias de férias e isto sem contar com a participação nas grandes acções de massas de celebração e luta no 25 de Abril e 1º de Maio.

2. Balanço do trabalho desenvolvido

2.1. Organização

- 2.1.1. O sector de empresas manteve a mesma estrutura de organização com um Organismo de Direcção composto por camaradas responsabilizados por empresas e sectores de actividade.
- 2.1.2. A divisão de células e sectores de actividade manteve-se idêntica e com a seguinte composição: 1 – Célula da Câmara de Cascais; 2 – Célula da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana; 3 – Sector de Hotelaria; 4 – Empresas diversas.
 - 2.1.2.1. A célula da Câmara Municipal de Cascais é composta por 23 militantes. Começou a dar pequenos passos com vista à sua organização e maior participação. Conseguiu-se realizar algumas reuniões de célula e foi possível recuperar quotização de alguns militantes e restabelecer o contacto com outros que estavam há muito afastados da vida do Partido. Estabeleceu-se o objectivo de estruturar a célula em diferentes núcleos para facilitar a participação dos seus militantes.
 - 2.1.2.2. A célula da Junta de Freguesia de São Domingos de Rana é composta por 3 militantes. A célula não tem funcionado pela falta de participação, ainda que se tenha conseguido recuperar quotização dos seus militantes.
 - 2.1.2.3. O Sector de Hotelaria tem 11 militantes sem trabalho organizado de ligação ao Partido. Não se conseguiu dirigir trabalho para este sector, havendo apenas contactos esporádicos com alguns dos seus membros. Inserida no sector de Hotelaria está a célula do Casino Estoril que conta com 3 militantes.
 - 2.1.2.4. Nas empresas diversas estão reunidos os militantes que não estão inseridos em nenhum dos anteriores sectores ou células. Neste, momento são 27 militantes com diferentes níveis de relação com o Partido. Os militantes das Grandes Superfícies também estão aqui organizados, sendo que não se tem conseguido reunir os seus membros. Neste sector chegou a estar organizada a célula do CMRA mas que, com a saída de alguns dos seus membros, se desintegrou.
 - 2.1.2.5. O sector passou, também, a acompanhar a célula da Scotturb que é composta por 5 militantes que só reuniram uma vez nos últimos anos.
- 2.1.3. A análise aos militantes do Sector de Empresas revela que dos 64 membros que o compõe 77% são homens e 23% são mulheres, 16% têm menos de 40 anos, 64% têm entre 40 e 59 anos e 20 % têm mais de 60 anos.
- 2.1.4. Em 2016, a quando da VI Assembleia, o sector era composto por 85 militantes, sendo que 33% eram mulheres, 20% tinham menos de 40 anos, 50% tinham entre 40 e 59 anos e 30% tinham mais de 60 anos. Há uma redução de 21 militantes resultante da passagem à reforma de vários militantes, que assim foram transferidos para outras organizações, e algumas desistências e perdas de contacto, a quando da entrega do cartão de 2018.
- 2.1.5. A entrega do cartão de 2018 ainda não foi concluída, faltando entregar 23 cartões que poderão significar uma maior redução dos militantes do sector, mas também uma hipótese de reforçar o sector com o aumento da militância e com a assumir de responsabilidades por parte desses camaradas.

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

2.2. Direcção

- 2.2.1. Desde a última Assembleia de Organização, em 2016, houve algumas alterações na composição do Organismo de Direcção sem se conseguir, no entanto, um acompanhamento adequado de todas as empresas definidas como prioritárias.
- 2.2.2. A definição das empresas prioritárias sofreu algumas modificações com o objectivo de tornar mais compreensível e estruturado o planeamento da intervenção do Partido. Assim, foram introduzidos os conceitos de empresas prioritárias distritais (CMC, Casino Estoril e Cascaishopping) e empresas prioritárias locais (Hospital de Cascais, CMRA, Auchan, Raushert, Apadil, Vitrohm, Scotturb, Tratolixo e Juntas de Freguesia)
- 2.2.3. O Organismo de Direcção tem reunido com regularidade, ainda que revelando uma dificuldade crescente em garantir níveis de participação que garanta o bom funcionamento do Organismo, em virtude da impossibilidade de conjugação de horários compatíveis com todos os seus membros.
- 2.2.4. A realização de plenários regulares tornou-se finalmente uma realidade ainda que a participação dos militantes seja reduzida e que não se tenha alcançado a periodicidade mensal, definida como objectivo.
- 2.2.5. O acompanhamento das empresas prioritárias está, maioritariamente, centrado no responsável do sector, por manifesta falta de quadros com disponibilidade para agarrar esta tarefa.
- 2.2.6. A tarefa dos fundos do Sector foi atribuída a um dos membros do Organismo de Direcção, sendo um avanço importante na responsabilização de quadros e descentralização de tarefas.

2.3. Recrutamento, integração, militância e formação ideológica

- 2.3.1. Sendo uma das prioridades, o recrutamento tem sido uma das grandes debilidades do sector, com níveis de recrutamento muito baixos, e onde o ano de 2019 se revelou o maior exemplo dessa deficiência, com a concretização de apenas 1 recrutamento.
- 2.3.2. Os recrutamentos efectuados desde 2016 têm revelado diferentes níveis de integração no trabalho do Partido, sendo que aqueles realizados em empresas prioritárias são, naturalmente, mais facilmente integrados no trabalho do Partido. No entanto, essa integração está muito aquém das necessidades do Sector.
- 2.3.3. A participação dos militantes do Sector nos cursos de formação ideológica tem sido muito reduzida.

2.4. Informação e propaganda

- 2.4.1. O grande avanço alcançado nos últimos anos prende-se com a concretização do boletim do Sector. O boletim UNIDADE renasceu no final de 2017 e, durante o ano de 2018, teve vários números editados. No entanto, durante o ano de 2019, houve muitas dificuldades para editar o boletim. O boletim permitiu reunir num único documento muitos dos problemas e reivindicações dos trabalhadores das empresas do Concelho e apresentar, também, as propostas e iniciativas do Partido ou de interesse dos trabalhadores.
- 2.4.2. Os documentos específicos para as empresas do concelho também foram uma realidade em diversas ocasiões, destacando-se os presta-contas sobre o trabalho desenvolvido durante a última legislatura.

2.5. Ligação aos trabalhadores

- 2.5.1. A distribuição de propaganda junto das empresas e locais de trabalho do concelho são o principal meio de contacto do Partido com os trabalhadores. O Sector tem conseguido manter esse contacto, junto das empresas definidas como prioritárias, com grande regularidade, ainda que recorrendo ao apoio de outras organizações do concelho para a realização das distribuições.
- 2.5.2. Os eleitos do Partido, tanto a nível local como nacional, têm desempenhado um papel importante na relação com os trabalhadores do concelho, na medida em que têm participado em muitos contactos, iniciativas e acções de luta dos trabalhadores e têm denunciado muitas situações e problemas, quer junto do governo, na Assembleia da República, quer junto ao poder local, na Câmara de Cascais. Podemos apontar como exemplo a

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

denúncia da repressão aos trabalhadores da Vitrohm, as perguntas ao governo sobre a conduta da administração do Hospital de Cascais com os seus trabalhadores e sobre a gestão do Hospital, a denúncia dos problemas dos TDT do CMRA e o apoio à sua luta pelo reconhecimento da carreira de técnico superior, as perguntas sobre os problemas dos trabalhadores da SCOTTURB e sobre o concurso público lançado pela Câmara de Cascais de concessão do serviço público rodoviário de passageiros.

- 2.5.3. Os contactos com o movimento sindical unitário têm-se revelado importantes na coordenação de acções e na transmissão de informações sobre os problemas dos trabalhadores.

2.6. Imprensa do Partido

- 2.6.1. O Sector constituiu uma ADE para a venda regular da imprensa do Partido que conta com 5 Avantes e 3 Militantes.
- 2.6.2. A participação nas vendas especiais do Avante! também subiram consideravelmente tendo havido vendas em que se conseguiu vender mais 10 Avantes! do que os da venda regular.
- 2.6.3. As bancas de venda do Avante! ainda não foram possíveis realizar.

2.7. Independência financeira

- 2.7.1. A organização responsabilizou um camarada do Organismo de Direcção pela tarefa dos fundos do Sector.
- 2.7.2. Apesar de estarmos longe dos objectivos definidos no sector, para a recolha de quotização e contribuições, há melhorias assinaláveis desde a última Assembleia.
- 2.7.3. No presente ano, 24 camaradas pagaram quotas, o que representa 37,5% dos militantes a pagar quotas em 2019.
- 2.7.4. O Sector ainda não conseguiu transmitir a importância das campanhas de fundos para a garantia da independência financeira do Partido e, por isso, o número de camaradas a participar tem sido residual.
- 2.7.5. A organização do “Arraial dos Trabalhadores” no centro de trabalho de Alcabideche, ao dia 10 de Junho, iniciado em 2018 e repetido em 2019, revelou ser uma aposta de sucesso.
- 2.7.6. A realização de plenários com almoço também tem contribuído para a melhoria da recolha de fundos no Sector.

2.8. Festa do Avante!

- 2.8.1. A participação do Sector na implantação e nos turnos da Festa do Avante! tem melhorado, apesar de ser ainda reduzida.
- 2.8.2. A venda de EPs tem sido regular, apesar da diminuição do número de militantes no Sector.

3. Plano de Acção

3.1. Organização

- 3.1.1. O crescimento da organização a nível de militantes e do número de células de empresa será sempre o objectivo prioritário do sector.
- 3.1.2. Promover o reforço do Organismo de Direcção com a entrada de um maior número de camaradas é essencial para facilitar a participação e integração na vida do Partido, contribuindo para a formação de mais quadros e para o reforço da ligação do Partido às diversas empresas do Concelho.
- 3.1.3. O sector deve apontar ao desenvolvimento da Organização e à constituição de um Secretariado que possa ajudar na preparação do trabalho do Organismo de Direcção.

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

- 3.1.4. A dispersão dos locais de trabalho na Câmara Municipal de Cascais dificulta a participação dos militantes nas reuniões de célula. A estruturação da célula da Câmara Municipal de Cascais em diferentes núcleos é essencial para garantir e facilitar a participação dos militantes na actividade da célula.

3.2. Direcção

- 3.2.1. O Organismo de Direcção deve ter como preocupação prioritária a direcção do trabalho no sector, cumprindo todas as orientações dos órgãos dirigentes do Partido; deve ter conhecimento dos problemas e reivindicações dos trabalhadores das empresas e locais de trabalho que acompanha; deve definir as empresas prioritárias a acompanhar; deve planificar o trabalho a desenvolver nesses locais; deve trabalhar para o recrutamento de novos militantes; deve orientar a formação dos quadros do sector; deve controlar os fundos do sector; deve divulgar o programa e iniciativas do Partido.
- 3.2.2. O Organismo dirigente tem de assegurar que todos os camaradas organizados no sector têm um responsável pelo seu contacto e pela cobrança de quotização.
- 3.2.3. O Organismo deve pugnar pelo reforço do trabalho de direcção junto das empresas prioritárias, garantindo que cada empresa, definida como prioritária, tem um responsável que responda pelo trabalho do Partido aí desenvolvido.
- 3.2.4. O trabalho desenvolvido pela Organização ao longo do ano, nas iniciativas, nas campanhas eleitorais ou qualquer outra situação, deve ser, sempre que possível, alvo de uma prévia discussão e planificação.
- 3.2.5. O Organismo de Direcção é também responsável pela elaboração dos planos de trabalho e orçamentos anuais do sector.
- 3.2.6. A convocação dos plenários é da responsabilidade do organismo dirigente que deve cumprir a sua realização mensal.

3.3. Recrutamento, integração, militância e formação ideológica

- 3.3.1. O Organismo deve definir os objectivos anuais de recrutamento por empresa com o intuito de reforçar as células existentes e criar novas células, onde estas não existem.
- 3.3.2. O estilo de trabalho exigido na campanha dos 5000 contactos, com uma permanente preocupação com a identificação de nomes de trabalhadores a contactar e com a concretização desses contactos, deve ser adoptado como norma regular de funcionamento do sector.
- 3.3.3. Os militantes do Partido que fazem parte de ORT's têm um papel fundamental na identificação dos trabalhadores a recrutar, devendo ser combatida a ideia adoptada por alguns que é incompatível a assunção plena da sua condição de comunistas enquanto membros com responsabilidades nessas organizações.
- 3.3.4. Os novos militantes devem ser devidamente acompanhados pelo Organismo de Direcção, que tem a obrigação de garantir a devida integração do novo recrutamento na vida do Partido, ajudando-o e esclarecendo-o sobre o funcionamento, programa e posições do Partido.
- 3.3.5. A formação ideológica deve ser uma preocupação constante dos membros do Partido, sendo que os novos militantes devem ser orientados nesse sentido e convidados a frequentar os cursos de formação ideológica promovidos pelo PCP.
- 3.3.6. O Organismo dirigente deve promover a militância e os seus membros devem ser exemplos de dedicação ao Partido e à causa comunista.

3.4. Informação e propaganda

- 3.4.1. A propaganda do Partido é um dos principais instrumentos de intervenção junto dos trabalhadores e, como tal, o sector deve garantir que toda a propaganda realizada pelo Partido atinge o seu objectivo e chega aos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho.
- 3.4.2. O conhecimento dos problemas e reivindicações dos trabalhadores permite ao sector realizar documentos de intervenção específicos, sempre que se justificar.
- 3.4.3. A edição do boletim do sector, "UNIDADE", é essencial para a organização, por isso, é necessário garantir a sua distribuição de uma forma regular, com um intervalo máximo de 4 meses entre edições.

VII Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Cascais do PCP

3.5. Ligação aos trabalhadores

- 3.5.1. A ligação aos trabalhadores é assegurada através de acções de contacto regulares nas empresas e locais de trabalho do concelho, tendo particular atenção com as empresas prioritárias e evitando estar longos períodos sem contactar com os trabalhadores.
- 3.5.2. A ligação aos eleitos autárquicos e da Assembleia da República deve servir para potenciar as acções realizadas junto dos trabalhadores e para denunciar os seus problemas e reivindicações junto dos poderes locais e governamentais.
- 3.5.3. A articulação do trabalho do Partido com o Movimento Sindical Unitário é essencial para o reforço de ambas as organizações, fortalecendo a sua capacidade de análise e intervenção. A sindicalização dos trabalhadores insere-se nesta estratégia e deve ser promovida pelo Partido.

3.6. Imprensa do Partido

- 3.6.1. A imprensa do Partido desempenha um papel fulcral no combate ideológico, promovendo o esclarecimento através de uma informação rigorosa e de classe que não está disponível nos órgãos de comunicação social, ditos de referência. O jornal Avante, órgão central do PCP, desempenha essa função, sendo essencial que os militantes do Partido façam da leitura do Avante um hábito semanal. Nessa medida, devem ser tomadas medidas para que se alargue a leitura do Avante entre os militantes do Partido.
- 3.6.2. A divulgação e venda do jornal Avante e da revista O Militante deve ser também levada aos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho com a realização de bancas de venda.
- 3.6.3. O envio para o Avante de informações sobre as lutas dos trabalhadores no concelho é fundamental para o próprio enriquecimento do conteúdo do jornal, permitindo, igualmente, uma maior divulgação da luta dos trabalhadores, tão ignorada pelos meios de comunicação social dominante.

3.7. Independência financeira

- 3.7.1. A independência financeira é uma peça importante na garantia da independência ideológica do Partido e na sua capacidade de intervenção. Nesta medida, a organização deve pugnar por um cumprimento rigoroso das orientações do Partido sobre esta matéria.
- 3.7.2. A discussão e planeamento das despesas e receitas a realizar pela organização deve anteceder a realização dos orçamentos de cada ano. Ao longo do ano, deve haver espaço para a discussão do ponto da situação de cada uma das parcelas do orçamento.
- 3.7.3. O sector deve combater os atrasos nos pagamentos da quotização, alargando a rede de camaradas com responsabilidades de cobrança de quotas, para que cada camarada com esta tarefa não recolha quotas a mais de 20 membros do Partido, e promover o aumento do valor da quota, tendo como referência 1% do salário, ou rendimento mensal.
- 3.7.4. As duas campanhas de fundos realizadas pelo Partido, ao longo do ano, devem ser devidamente promovidas junto dos militantes. A participação nas campanhas de fundos deve ser alargada a todos os militantes como se de quotas extra se tratassem.
- 3.7.5. A realização de iniciativas que permitam a recolha de fundos deve ser, também, uma preocupação da organização. Os almoços que antecedem os plenários e o Arraial dos trabalhadores são iniciativas que se devem manter.

3.8. Festa do Avante!

- 3.8.1. A Festa do Avante é a maior iniciativa político-cultural realizada em Portugal. A sua importância para a elevação do prestígio do Partido, para a divulgação das suas propostas e para a quebra de preconceitos anti-comunistas, faz com que se deva ter uma preocupação especial com o trabalho a desenvolver nesta frente.
- 3.8.2. Todos os anos deve ser realizado um plano de divulgação da Festa junto dos trabalhadores, tendo em vista o aumento da venda da EP.
- 3.8.3. A Festa é uma obra do PCP que é construída de raiz com a força e o engenho dos seus militantes. Nessa medida, o sector deve trabalhar para aumentar os níveis de participação nas jornadas de implantação, nos turnos da Festa e na sua desmontagem.